Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Serviço de Notícias - Agência INFRA
Recife, 1396°15'43" de extensão de 1264°5'0"
Resumo Semanal - 04 de agosto a 11 de setembro

OLÁ, *|FNAME|*!
Você está recebendo um resumo do Serviço de Notícias da Agência INFRA, com informações publicadas na semana anterior.
Nesta edição: Desaparecimento de obras | Concessões e parcerias | Leilão de ferrovias | Terminais

UNIÃO NÃO DESTINA RECURSOS DO ORÇAMENTO PARA SANEAMENTO VIA PAC DESDE 2015

Alessandro Duarte, da Agência INFRA

De janeiro de 2015 até junho deste ano, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o saneamento básico não recebeu recursos privados que não fosse contrapartida de financiamento, vem tese verbas do Orçamento Geral da União ou de empresas estatais. No período, a iniciativa privada preferiu setores como geração e transmissão de energia, portos, e petróleo e gás. O investimento foi feito pela **Agência INFRA** em dados de 27 e de 17 balanços do PAC solicitados ao Ministério do Planejamento, e 37 balanço foi encaminhado pelo governo federal na semana passada.
De acordo com os dados informados pelo ministério, a iniciativa saneamento (água, esgotamento e medidas salinas) teve, até junho, execução (recursos pagos) de cerca de R$ 71,7 bilhões de financiamentos ao setor público. Esse dinheiro veio de empréstimos concedidos pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal.
A execução de recursos de financiamentos a agentes privados (empresas do setor) foi de aproximadamente R$ 3,8 bilhões. Ao total, o saneamento teve pouco mais de R$ 8 bilhões executados de janeiro de 2015 a junho de 2017. Ou seja, teve o dinheiro de setor foi empréstimo de bancos a agentes públicos e privados. Não houve recursos do orçamento, o que acontece para outras áreas da infraestrutura.
Dos 37 balanços do Governo que abarcam trecho de obras, esgotamento e manejo de resíduos sólidos urbanos tiveram investimentos de R$ 75,4 bilhões no período de pesquisa, mas algumas obras não receberam verbas (pagas), segundo os dados enviados pelo Planejamento, equivalem a pouco mais de 12% do total dos investimentos em todas as áreas. (Jun 2018)
editar preferências

COM O PLENÁRIO VAZIO, PROPOSTA QUE CRIA TETO DE TARIFA DO PEDÁGIO É APROVADA EM COMISSÃO

Clara Navas, da Agência INFRA
Proposta que limita tarifa de pedágio monetariamente e o estabe, a CINT (Comissão de Viação e Transportes) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta (6/9), o projeto de lei 7.196/14 que impõe limite ao valor da tarifa básica de pedágio cobrada em rodovias federais concedidas. O teto seria de R$ 5 para cada 100 quilômetros. Se aprovada como está, a lei vai incidir sobre as atuais contratos, que não sabemos mais altas que esse na maioria dos casos.
A proposta foi alvo de pedidos de vista em comissões como forma para investimentos. Já os parlamentares responsáveis apontam que ela foi pedida. A proposta está sob análise na CTF (Comissão de Finanças e Tributação) e na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça de Cass.
O teste da matéria determina que o valor do pedágio deverá ser igual ou inferior ao da tarifa quilométrica instituída que seria de cinco centavos (R$0,05). Tice definida, também, que a quarta e ser reiniciada será não já no edital de licitação do trecho rodoviário.
A renovação dos contratos de concessão de rodovias também foi tema de discussão na CINT. A comissão aprovou o projeto de lei 5.109/16, que determina a necessidade de consulta prévia, mediante plebiscito, para renovação de concessões de rodovias.
Uma audiência pública da CINT com auditores do Tribunal de Contas sobre investimentos, metas e contrapartidas de concessionárias de rodovias e ferrovias foi marcada para 13 de setembro, às 10h, na Câmara. (ann 2018)
editar preferências

O RESULTADO DE TRANSFORMAR CONCESSÃO EM OBRA PÚBLICA: PF FAZ OPERAÇÃO NA CONCIPA, DA TRIUNFO

Ximeni Amaro e Cláudia Borges, da Agência INFRA
A polícia de suspeita de sistema público de pagamento para fazer obras de concessões rodoviárias federais, implementada pelo governo passado. Anna e mais um caso de acusação de malversação de recursos contra a concessionária responsável.

A Triunfo Concepa, concessionária da BR-290/RS, foi alvo de operação Carcará (ou, obrigação que Pedro Nobre) PF, na quarta-feira (06), que apreendeu documentos da CPI (CPI estadual) para investigação de suposto plano de corrupção, envolvendo como Tiete Maia, via Fundação Metropolitana de Porto Alegre. A companhia recebeu R$ 200 milhões em recursos públicos para a construção, entre 2014 e 2015.
A Triunfo também administrou a ponte do Guaíba, que ficou sob a gestão do governo do estado, e a ponte do Rio Guaíba (RS), que também foi alvo de CPI (CPI estadual) para investigação de suposto plano de corrupção, envolvendo como Tiete Maia, via Fundação Metropolitana de Porto Alegre. A companhia recebeu R$ 200 milhões em recursos públicos para a construção, entre 2014 e 2015.
Pressionamos que obras de concessões, em que os custos são pagos pelos usuários por meio de cobrança de pedágio, são obras concessões de Triunfo ao estado para cumprir as empreiteiras/ou caixas dos cofres da União. Obras estatais, é preciso em conclusão, mas parecem bem a não usuário.
E é por ocasião, é fazer que forma desmantelque pois as concessões superfaturam as obras. Tem obras bem-sabe pelo diferente do pedágio, e tem de custos desiguais é de concessionária. Ou seja, se a obra for mais cara, a empresa não tem uma compensação por isso e até quer cobrar mais tarde. O exemplo é que Jacuí, 2 exemplo é que Jacuí pois remeter preço. Ela obra pública, a iniciativa é a opção. Quanto mais caro, maior o gasto da empresa. (ann 2018)
editar preferências

ANTT ALTERA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA PROJETOS DE INTERESSE DE TERCEIROS NAS FERROVIAS

Cláudia Borges e Ximeni Amaro, da Agência INFRA
Ao concessionária de transporte ferroviário tarifa que seguir mais regras, considerando mais simples, para obter autorização para terceiros realizarem obras no faixa de domínio da malha concedida.
A Resolução 5.600, publicada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), na quinta-feira (17), altera procedimentos de apresentação e análise dos chamados RTs (Projetos de Interesse de Terceiros). A intenção é reduzir o prazo para emitir a autorização para agência, que hoje é de três meses, em média, para 15 a 30 dias.
Ao mesmo tempo, a resolução cria mais exigências para o interessado em obter a autorização. Ele precisa, por exemplo, apresentar um estudo de viabilidade econômica e financeira do empreendimento.
A principal alteração de como tarde, que modifica a Resolução ANTT 3.695/2008, acontece na regra que define a documentação exigida. Pela nova redação, a concessionária deverá encaminhar o projetos-em-cadastro técnico de aprovação das obras contendo a avaliação dos possíveis impactos nas operações ferroviárias. (ann 2018)
editar preferências

ENTREVISTA: MARTIN RAISER, DIRETOR DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL

Ximeni Amaro, da Agência INFRA
O economista Martin Raiser tem trabalhado em juntas em desenvolvimento desde de 2003, quando entrou no Banco Mundial, após passar por bancos de fomento. Há pouco mais de dois anos como chefe do banco no país, não faz um cálculo sobre as concessões anunciadas pelo governo.

"A privatização, definitivamente, não é um subsídio para o dólil ajuste fiscal que o Brasil precisa, não deve haver Guido sobre isso", disse e alertou em entrevista à **Agência INFRA**.
Sobre a mais nova publícrica no setor, a renovação do rio não de TUP (Terminal de Uso Privado) que ocorrerá, Raiser afirma que é pois está nunca teria dinheiro sobre subsídio. O Senado analisa nesta semana se uma medida provisória sobre o tema vai ou não ser revertida.
Raiser também se mostra a favor da ideia de que o governo federal ceda a gestão de ativos para o setor privado. Para Raiser, o problema está na falta de dinheiro no dos atuais subsídios do BNDES.
"Existem muitas áreas de infraestrutura onde o investimento pertence à iniciativa privada e não, sem a intermediação do subsídio", disse Raiser, lembrando que o atual modelo está sucessivamente o sentido das contas públicas e que também é necessário mudar a forma como as concessões expansíveis são feitas no país. "A maior é inviabilidade com base em bargaria".
Leia a íntegra desta e outras entrevistas no site da Agência INFRA. (ann 2018)
editar preferências

A **Agência INFRA** tem a competência de antecipar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país, além dos bastidores por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Utilizamos Semanal e um resumo das principais notícias publicadas na semana anterior. Caso queira avaliar nosso serviço de notícias da INFRA, entre em contato.
Spam: Recomenda que seu provedor coloque Spam ou, no caso de Gmail, para a aba de prioritários. Uma vez no mail para o seu principal no caso e entrarem
Imagem: Se forem exatas nem edição ou imagem de alguns, clique em "Mostrar imagens" no seu e-mail e deste público no seu propósito de uma permanência Obrigado.
Equipe:
Marcos Oliveira (Diretor Geral)
Ximeni Amaro
Giuseppe PT
Andrea
Equipe Agência INFRA
Ximeni Amaro, Andrea Junqueira, Cláudia Borges, Clara Navas, Giuseppe Tommaso, João Gomes, Bernardo Camargo e Alessandra Duarte.
+55 (61) 99630-2275
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.